A SEMANA
na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

28 de Junho a 04 de Julho de 1992 Nº44

ÁFRICA DO SUL: a cultura da violência e a alternativa do confronto parecem enraizadas.

Argumentamos na "Semana na África" nº 43, que para o governo e suas bases de apoio a resolução do jogo político-constitucional não requer pressa, e que a manutenção das rédias do processo de transição para um governo multirracial (esta é a conceituação governamental, que ao visar institucionalizar as diferenças raciais torna-se substancialmente oposta à conceituação do ANC, do Partido Comunista, do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) e demais aliados que lutam por um governo não-racial) poderia também significar a exasperação dos adversários do atual Estado sul-africano, estruturalmente racista e policial.

Sem dúvida que a lentidão das conversações desgasta cadavez mais as oposições. E como desde a libertação de Mandela, as mesmas não traziam nenhum benefício visível contra a miséria e a violência que assolam as comunidades, a estratégia governamental de tentar administrar e isolar as oposições aprofundou a desilusão, a desesperança, a intolerância, etc.

A mudança de estratégia do ANC e seus aliados foi oportuna. Os comícios, as passeatas, a greve geral marcada para 3 de agosto, a convocação da ONU, da OUA, da Commonwealth e da Comunidade Européia para a discussão da "questão sul-africana" parecem já demonstrar alguns resultados, pois com a precisa decisão do ANC de retirar-se temporariamente das discussões da CODESA aquela estratégia governamental, sem a interlocução do ANC, cai no vazio e inverte o seu efeito: o governo sul-africano passa a ser presa das pressões internas e externas. Após o massacre de Boipatong a pressão internacional e o afastamento do ANC das negociações poderão forçar o governo a encarar o seu próprio ventre, estruturado sobre um rígido e impune sistema de segurança (forças armadas e polícia) que, além da estreita cooperação com o Inkhata, ainda transporta a simpatia da maioria dos jovens oficiais pela extrema-direita do Movimento de Resistência afrikaner (AWB). Parece, portanto, que a negativa do governo em ceder à internacionalização do impasse político-constitucional e dos conflitos raciais é fruto do temor que uma investigação independente e isenta de compromissos com o "estado das coisas" sul-africanas constataria que o enraizamento de uma "cultura de violência" encontra um de seus pilares nas forças de segurança umbilicalmente ligadas ao aparelho policial e repressivo do Estado.

A propalada "cultura da violência" envolve a sociedade sul-africana no seu todo. Segundo alguns a mesma já teria destruído os antigos laços tradicionais de sociabilidade africana. Ao mesmo tempo, o Estado racista e excludente, violento e policial em muito contribuiu para a formação e incremento da "geração perdida do apartheid". Somado ao excesso de armas que percorre todo o tecido social, a miséria e a

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista de Holden Roberto ao Expresso p.01

Assassinado em Luanda o general Sebastião Garrido p.04

Judiciário de São Tomé mergulhado em grave crise p.04

Reportagem sobre a utilização de criança como soldados pela Renamo pp.5-7

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

violência estatal e racial formaram e aguçaram um enorme contingente de jovens negros que elegeram as leis do apartheid como alvo maior, e que ainda hoje continuam sem outras perspectivas que não seja o confronto. Portanto, cada vez mais, todo e qualquer percalço rumo a um governo democrático e não-racial tende a alimentar a cultura da violência e a alternativa do confronto. (pp. 8 a 12)

ANGOLA: Atentado contra Savimbi está sendo analisado pela CCPM. Cabinda continua sem solução.

A Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) optou pela análise da questão referente a um possível plano de desestabilização do processo angolano, que incluiria a morte de Jonas Savimbi, como forma de permitir a manutenção do MPLA no poder sem arriscar-se ao resultado das eleições. A escolha é uma bela demonstração de que pretende-se obter o máximo de nitidez na política angolana. O único problema é que este fato pode abrir um precedente e, consequentemente, ocorrer uma enxurrada de denúncias e acusações sem base ou fundamento, o que colocaria a própria CCPM em uma situação extremamente delicada. Todavia, a projeção obtida pelo caso, com a presença constante em publicações internacionais, agravou a situação e a CCPM aproveitou a oportunidade para exibir uma excelente postura política, que visa não deixar sombras sobre o processo de democratização angolano.

Até o momento as reuniões tem sido inconclusivas, apesar da constante ameaça do representante da UNITA na CCPM, Salupeto Pena, de apresentar provas, que não só demonstrariam a veracidade do plano, como também o ligariam aos dissidentes do seu partido.

Paralelamente à discussão da CCPM ocorrem alguns contatos entre o governo angolano e determinadas personalidades de Cabinda, que demonstram-se mais moderadas em suas declarações quanto a situação do enclave, como é o caso de Alberto Raul, que encontrou-se com o presidente José Eduardo no Gabão. Este fato, por sua vez, foi duramente criticado pela FLEC -Renovada, liderada por Tibúrcio Luemba, que assinalou a insignificancia de tal encontro, por tratar-se de uma pessoa sem base em Cabinda. Na verdade os encontros a serem implementados pelo governo estão sendo condicionados ao tom da reivindicação.
A UNITA e outros partidos de projeção nacional continuam criticando a forma de gerenciamento da crise imposta pelo governo. No entanto, até o momento nenhum partido aceitou a reivindicação de independência ou apresentou uma proposta além da autonomia relativa para a região, o que certamente não atrairá qualquer das facções da FLEC para a mesa de debate. (pp. 02 a 04)

MOÇAMBIQUE: Dificuldades nas negociações em Roma.

Teve lugar no dia 23 de junho a primeira reunião com a presença dos observadores internacionais (EUA, Reino Unido, França, Portugal e ONU). Nela patenteou-se mais uma vez a enorme dificuldade de se alcançar uma solução de compromisso para pôr fim à guerra entre a Renamo e o governo moçambicano. O tópico, agendado através de árduos esforços dos mediadores italianos e religiosos (da comunidade de Santo Egídio), foi a atuação da Comissão Mista de Verificação. Esta comissão, instalada em 1990, atualmente presidida pelo Embaixador italiano em Moçambique, Manfredo di Camerana, vem sendo pesadamente criticada pela Renamo. Camerana reconheceu alguma procedência nas crítica, mas atribuiu as insuficiências na atuação da Comive à insuficiência de recursos financeiros. A Renamo fez algumas propostas para uma reestruturação da atuação da comissão, propostas que foram, justificadamente, julgadas inaceitáveis pelo governo. O impasse resultante causou descontentamento entre os observadores, tendo os técnicos militares da delegação dos EUA retornando a Washington, num claro sinal de que os americanos desaprovam o encaminhamento que vem sendo dado ao processo. (p. 7)

"A sobering look at one of Africa's most devastating civil wars....Vivid reportage, thoughtful analysis, and comprehensive research; a seminal work not only on the war itself but on the conflicts that threaten post-cold-war, post-apartheid Africa."—*Kirkus Reviews*

"A combination of painstaking and scrupulous honesty . . . with vivid writing which brings it to life."
—Anthony Sampson, author of *Black & Gold*

Powerful and full of humanity, this book, portions of which appeared in *The New Yorker*, challenges current understanding of the war that has turned Mozambique into the world's poorest nation.

A COMPLICATED WAR The Harrowing of Mozambique
by William Finnegan

$25.00 hardcover at bookstores or 1-800-822-6657.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS
Berkeley Los Angeles New York Oxford

Holden Roberto ao EXPRESSO

EXPRESSO, SÁBADO 27 DE JUNHO DE 1992

«A política deve ter uma missão sagrada»

Gustavo Costa
em LUANDA

REGRESSADO a Luanda depois de uma prolongada ausência no exterior do país, a fim de se curar de uma intoxicação alimentar, Holden Roberto prepara-se para iniciar a sua campanha eleitoral através de uma ofensiva pelo interior de Angola que visa «transmitir uma mensagem de paz diferente daquela que vem sendo divulgada pelos partidos beligerantes». Em entrevista ao EXPRESSO, o líder da FNLA mostra-se receoso de que, «perante a substituição da guerra armada pela guerra psicológica», Angola possa em Setembro regressar ao caos. E advertiu: «Temo que as eleições sejam falseadas».

EXPRESSO — Qual é a nova mensagem que o senhor traz?

HOLDEN ROBERTO — Temos uma visão diferente dos outros partidos. A nossa preocupação principal é evitar que o país retorne a uma situação de guerra, até porque a FNLA nada teve a ver com a guerra civil que devastou o país. Não nos preocupamos com o poder; preocupamo-nos com a democratização da sociedade porque entendemos a política como uma missão sagrada que deve impor aos angolanos, com base na paz, na irmandade e na concórdia, a ideia da rejeição de qualquer tipo de instrumentalização por forças estrangeiras.

EXP. — Esta é a preocupação fundamental a ser analisada na vossa próxima conferência nacional?

H.R. — Não. Durante a conferência, acentuaremos as vertentes da nossa futura intervenção na vida política em Angola e que terão como pilares fundamentais o aprofundamento da democracia, o privilégio do entendimento e a concertação de acções que nos conduzam a uma real pacificação dos espíritos em Angola.

«Receio eleições falsas»

EXP. — O senhor insiste muito neste aspecto. Está receoso de que as eleições se realizem sob a ameaça de três exércitos?

H.R. — Fala-me de três exércitos mas a verdade é que eu começo a preocupar-me com a grave eventualidade de podermos vir a estar perante quatro ou mais exércitos. Não nos esqueçamos que a população está armada e a viver um período de confusão, com uma guerra psicológica que não ajuda a estabelecer a ordem e a legalidade. A guerra das armas parou mas logo estalou a guerra das ondas, que está a provocar um clima de grande tensão. Receio, por isso, que um clima propício a incitamentos traga distúrbios, e até mortes, com o MPLA e a UNITA a portarem-se como inimigos em vez de adversários, e a criarem um clima susceptível de inviabilizar a realização de eleições e de instalar o ajuste de contas.

EXP. — Estas preocupações não ensombrarão o processo do registo eleitoral?

H.R. — Certamente. Não havendo extensão da administração, não vejo como as pessoas possam votar; não havendo liberdade de movimento, não creio que haja voto e logo a essência da democracia será subvertida e os acordos de paz não serão cumpridos. Receio, enfim, que, perante o actual quadro, tenhamos eleições falsas com o país coberto de ilegalidade.

Holden Roberto receia eleições falsas com o país coberto de ilegalidade

EXP. — Em que medida é que a próxima reunião multipartidária pode avaliar esta situação?

H.R. — Lamento em primeiro lugar que o Governo do MPLA não tenha respeitado o cumprimento das recomendações da primeira reunião, deixando escapar má vontade e até mesmo desonestidade. Pessoalmente, fiz propostas concretas sobre o batalhão 32 e tanto o Governo como a UNITA enveredaram nas minhas costas por um jogo eleitoralista demonstrativo de má-fé e de uma certa irresponsabilidade. Uma próxima reunião deve contar com a participação da UNITA para que se encontre um entendimento definitivo sobre a paz e a confiança entre todas as partes, de modo a que se criem as condições para que Angola seja, de facto, uma Nação.

EXP. — A FNLA, ao apostar numa coligação com o PRD e a FRD, definitivamente põe de parte a ideia de uma aliança com o MPLA?

H.R. — Estamos no Conselho Nacional da Oposição para fazer emergir uma ideia sólida sobre a unidade da oposição. Não há, no entanto, nada definido em termos de coligação. A posição da FNLA não é fazer alianças por alianças; não faremos aliança com a UNITA para lutar contra o MPLA, nem vice-versa. Faremos alianças para privilegiar a democracia e tanto o MPLA como a UNITA não parecem interessados em dar prioridade à democracia. Nunca nenhum dirigente do MPLA ou da UNITA falou comigo acerca de uma possível aliança. Se o MPLA quiser fazer uma aliança, deve em primeiro lugar exprimir o desejo da democracia para cultivar a unidade nacional no sentido de evitar convulsões. Por enquanto, tudo quanto se diz não passa de boatos. Certas alianças têm como objectivo o poder; as nossas alianças visam a democracia. Muito dificilmente nestas condições a FNLA fará alianças com esses partidos.

Apelo à abstenção?

EXP. — Em caso de segundo turno e uma vez arredado da corrida ao Futungo, a FNLA aconselharia o seu eleitorado a votar em Eduardo dos Santos ou em Jonas Savimbi?

H.R. — O voto é um imperativo nacional e, estando em jogo o futuro do país, os angolanos devem reflectir para não votar na tribo, na raça, na região ou noutros factores de divisão. A verdade é que tanto Eduardo dos Santos como Jonas Savimbi ainda não manifestaram o desejo de democracia, estão preocupados apenas com o poder que nunca foi cumprido em Angola com moralidade.

EXP. — Está então a querer dizer que vai apelar para a abstenção...

H.R. — Não digo isso, pois pode ser que haja mudança de atitude nos dois. Deus faz milagres e quando chegar o momento a gente há-de decidir.

EXP. — O Presidente Eduardo dos Santos esteve nesta semana no Gabão e em Cabinda — esteve no centro das atenções das conversações mantidas naquele país. Como vê o evoluir da situação no enclave?

H.R. — A questão de Cabinda não é uma questão pessoal do Presidente Eduardo dos Santos mas um problema que preocupa todos os angolanos. Estando a FNLA contra o princípio de qualquer cisão do território de Cabinda, o que conduziria ao fim de Angola, não posso deixar de reconhecer que as reivindicações do povo de Cabinda devem ser tomadas em conta. Estas reivindicações são justas e não é concebível que, com o potencial de riqueza que sai dos poços de petróleo, a população de Cabinda viva tão miseravelmente ao ponto de ter que se socorrer de petróleo do Congo. Apostamos no diálogo e, por isso, entendemos que a FLEC deve ser ouvida.

JORNAL DO BRASIL 14/06/92

Angola quer atrair Brasil

■ *Obras no país irão exigir investimentos de US$ 100 bilhões*

Marcelo Tognozzi

LUANDA — O embaixador de Angola no Brasil, Francisco Romão, está se preparando para colocar em prática a partir de outubro uma estratégia de *lobby* que tem por objetivo atrair grandes investimentos brasileiros para seu país. A idéia é mostrar que existem inúmeras oportunidades de negócio num país em reconstrução. Será dada prioridade para obras de infra-estrutura, instalação de indústrias, prestadoras de serviço e que operam no mercado financeiro. Será dada preferência àquelas com propostas de *joint-ventures* ou transferência de tecnologia.

O primeiro passo para atrair grandes investimentos para Angola será a reforma tributária que o governo está elaborando. Hoje o empresário que resolver investir no país terá de pagar 35% de imposto sobre o lucro, além de um Imposto de Resistência Popular, cuja alíquota varia de zero a 30% de acordo com o tipo de atividade. Segundo o vice-ministro do Plano, Salomão Xirimbi, a idéia básica é diminuir a carga fiscal sobre as empresas, ampliando a base de tributação, já que atualmente os pequenos e médios comerciantes e a maioira da população não pagam imposto.

"Também pretendemos dar incentivos para quem se associar a capitais angolanos", afirma Xirimbi. Serão ainda revistas as normas para o registro de abertura de empresas. Atualmente, para se abrir um negócio em Angola é preciso apresentar um projeto ao Gabinete dos Investimentos Estrangeiros, órgão do Ministério do Plano. O projeto é analisado dentro das prioridades do país e, se for aprovado, o gabinete acompanha sua instalação.

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que aparece como candidato favorito às eleições presidenciais de setembro — a previsão é do instituto mineiro Sensus, que montou um escritório em Luanda —, acredita que o Brasil tem potencial para se tornar o principal parceiro comercial de Angola caso seu partido, o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), saia vitorioso. A idéia do governo angolano é lançar um plano de reconstrução nacional, cuja viabilidade já está sendo analisada por técnicos do FMI e do Banco Mundial.

Há duas semanas o governo obteve sua primeira vitória internacional quando os Estados Unidos anunciaram oficialmente a retirada do país de um lista negra que relaciona as nações que não têm direito a créditos oficiais. A partir de agora, Angola poderá obter financiamentos do Export-Import Bank. "Com essa medida começam a ser consolidadas nossas relações comerciais com os Estados Unidos e nós poderemos importar através de linhas de crédito", explicou o embaixador angolano na OEA, José Patrício.

As oportunidades de negócios para empresas brasileiras, de acordo com o ministro da Informação de Angola, Rui Carvalho, serão inúmeras com o início do processo de privatização. Existe a idéia, por exemplo, de privatizar as grandes fazendas de café e oferecê-las preferencialmente a empresários brasileiros. Na capital, Luanda, serão realizadas obras de saneamento básico, abastecimento d'água, telefonia e de transmissão de energia elétrica. "Vamos necessitar de investimentos de cerca de US$ 100 bilhões nos próximos dez anos", calcula o vice-ministro do Plano.

A poderosa logística da UNITA

PÚBLICO
29 JUNHO 1992

O SOM inconfundível dos hinos e canções, a cargo de um conjunto musical que anima os comícios de Jonas Savimbi nas províncias, é talvez o segredo para que milhares de crianças, jovens, homens e mulheres esperem durante horas e horas, sem comer nem beber, a chegada do líder messiânico da UNITA, a quem os seus súbditos chamam "o homem da história contemporânea". E a essas concentrações — a que muitos aderem mais pela festa do que pelo significado político — não são alheios a capacidade de mobilização dos activistas políticos e a surpreendente profusão de meios de transporte.

"Isto hoje não vai ter tanta gente como gostaríamos, porque esta zona não é muito povoada", dizia um apoiante local da UNITA, uma hora antes do comício a que Jonas Savimbi presidiria, sábado, em M'Banza Congo, capital da província do Zaire. Nessa altura, centenas de pessoas ainda não tinham abandonado os camiões em que tinham vindo dos kimbos para o aeroporto, para aplaudirem Savimbi. Manuel Álvaro, 62 anos, tinha vindo da comuna do Luvo, Congo, onde diz ser um dos principais apoiantes da UNITA. "Por isso, fui preso 13 vezes durante estes 16 anos", conta, logo apoiado por João Ramos, 32 anos, que nasceu e vive ali mesmo na capital de uma província onde o seu partido tem uma implantação recente. "Durante a segunda guerra de resistência, a UNITA ganhou grande simpatia aqui, por causa das atrocidades do MPLA", sustenta.

No aeroporto ainda se aguardava a chegada de Jonas Savimbi, no habitual Hércules C130 de uma companhia aérea sul-africana. Na pista já estavam estacionados um Dacota, de 20 lugares, e um King Air, de dez, também pilotados por sul-africanos, que tinham transportado desde Luanda vários dirigentes e jornalistas. O segundo avião fizera, aliás, duas viagens. No terreno, um numeroso contingente de tropas da UNITA, ostensivamente armado, e uma inusitada frota de carros de tracção às quatro rodas completava um cenário em que era evidente a capacidade logística deste partido, a que não serão alheios os apoios dos Estados Unidos e da África do Sul, que só recentemente cessaram.

Parábolas e metáforas

Durante o comício, aberto pelo representante provincial da UNITA, a presença portuguesa em Angola seria o tema mais vezes referido. Para o primeiro interveniente, "a cooperação portuguesa transformou-se em subjugação que acabou com a civilização do Congo e teve a máxima expressão na escravatura", tom que Jonas Savimbi havia de manter. "Os portugueses fomentaram a divisão dos povos de Angola e só quando nos dividiram é que conseguiram dominar o país", afirmou. Seria depois mais habilidoso na forma como falou da "corrupção que tomou conta do país" — "Há gente que fez fortuna com a guerra, mas o povo continua pobre" — e da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), partido a que se referiu sibilinamente.

Savimbi citaria a Bíblia para apelar ao povo do Norte que esqueça a FNLA: "Os pastores que fugiram e deixaram o rebanho quando os cubanos entraram em Angola (1975) são maus pastores. Não sejam enganados, eles deviam ter ficado para vos defender. E se não tivéssemos sido nós, o cubano ainda cá estaria."

De resto, Savimbi adoptaria um tom marcadamente populista, sem referir os problemas que atravessa o país. Numa breve conversa com os jornalistas, antes do comício, o presidente da UNITA afirmou-se "entristecido" por ver "confirmadas pelos países ocidentais as informações" sobre um atentado que, alegadamente, o Governo angolano estaria a preparar contra a sua vida.

Relativamente ao registo eleitoral, Savimbi diria que "quatro milhões é o número mínimo que dará credibilidade às eleições". ■

António Matos, em M'Banza Congo

PÚBLICO SÁBADO, 27 JUNHO 1992

Atentado contra Savimbi analisado na CCPM

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, regressou ontem a Luanda, depois de uma deslocação de vários dias à Costa do Marfim e a Marrocos, numa altura em que se discute na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) a questão do atentado contra a sua vida. Hoje, Savimbi preside a um comício na cidade de M'Banza Congo, capital da província nortenha do Zaire.

Os chefes das delegações do Governo e da UNITA na CCPM debateram as notícias do atentado que, segundo diplomatas ocidentais, o Governo angolano estaria a preparar contra a vida de Jonas Savimbi e de cooperantes estrangeiros, numa reunião que começou quinta-feira e se prolongou até ao fim da tarde de ontem. Esta reunião voltou a ser inconclusiva, devendo a discussão do assunto, no âmbito da CCPM, prosseguir durante a próxima semana

Segundo Salupeto Pena, representante da UNITA na CCPM, o seu partido "tem provas da existência do plano para matar Savimbi, que apresentará oportunamente". Este dirigente disse ainda que "o plano de assassinato de Jonas Savimbi está ligado a deserções no seio" do seu partido e "à intensa actividade da polícia nos últimos dias".

O Governo angolano tem feito insistentes desmentidos às referidas notícias, nomeadamente através do vice-ministro da Informação, Aldemiro da Conceição, que esta semana acusou a UNITA de ter aliciado por 250 mil dólares (cerca de 32 mil contos) um ex-informador dos serviços secretos angolanos, um cidadão português de nome Jorge Martinho, residente na Amadora e antigo seccionista de bilhar no Sport Lisboa e Benfica, para dizer que o Governo de Luanda o teria contratado como executor do plano para matar Savimbi.

A discussão no âmbito da CCPM não deverá ser esclarecedora, mas poderá contribuir para "baixar o tom demasiado alto em que os dois signatários dos acordos de Bicesse continuam a revelar as suas desconfianças recíprocas", disse ao PÚBLICO uma fonte diplomática ligada à Comissão.

M'Banza Congo, onde, no início deste mês, o Papa João Paulo II elogiou a colonização portuguesa em África, afirmando que ela foi "diferente das outras" (PÚBLICO de 8/06/92), será hoje o palco escolhido para um comício que conta com a presença de Jonas Savimbi, 24 horas depois de este ter completado um périplo pela Costa do Marfim e por Marrocos.

Ao contrário do que chegou a ser anunciado pelos responsáveis do partido para a informação, Savimbi não fez qualquer declaração à chegada a Luanda. O PÚBLICO apurou, no entanto, que a eventualidade de um apoio ao processo eleitoral em Angola constituiu um dos temas de conversa com os Presidentes dos dois países. Domingo passado, Savimbi assistiu, na companhia do Presidente da Costa do Marfim, Felix Houphouet-Boigny, a uma missa na gigantesca Basílica de Yamousoukro, celebrada por um padre polaco, que recordou os apelos de paz e reconciliação nacional feitos pelo Papa, na sua recente visita a Angola. ■

António Matos, em Luanda

Santos Populares em Luanda

PÚBLICO 29 JUNHO 1992

SÁBADO, a meio da tarde, a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) concluiu a sua mais longa sessão, que começara quinta-feira e foi inteiramente dedicada ao esclarecimento da alegada existência de planos para um atentado contra a vida de Jonas Savimbi. Com as repetidas negações do Governo e a não apresentação de provas pela UNITA, a CCPM não chegou a nenhuma conclusão.

Segundo alguns observadores do processo de paz, esta questão poderá ainda arrastar-se por muito tempo, já que a UNITA continua a afirmar que tem provas da existência do referido plano. Os mesmos observadores são unânimes na afirmação de que nos próximos três meses se vai assistir a um medir de forças constante, com acusações entre os dois principais partidos — MPLA e UNITA.

À noite, o ambiente seria de festa. A missão portuguesa na CCPM resolveu organizar em Luanda uma festa dos Santos Populares, que juntou mais de quinhentas pessoas. Entre representantes do Governo e da UNITA, cooperantes e diplomatas de outros países, animaram-se ao som dos fados, das marchas populares e das "kizombas" e entre o tinto saído directamente de uma pipa e as sardinhas assadas. A pé firme, o anfitrião António Monteiro, embaixador que chefia a missão portuguesa na CCPM, aguentou-se até ao fim da festa, que durou até ao amanhecer. ■ **A.M.**

Cabinda

PÚBLICO SÁBADO, 27 JUNHO 1992

Líder da FLEC-Renovada acusa Luanda

O CORONEL Tibúrcio Luemba, líder da FLEC-Renovada, uma das três facções armadas que combatem o poder angolano em Cabinda, acusou o Presidente José Eduardo dos Santos de estar a dialogar "com indivíduos que ninguém conhece e que não representam o povo", em vez de se encontrar com "interlocutores válidos", e garantiu que, nas actuais circunstâncias, "não pode haver votos" no enclave, nas eleições marcadas para 29 e 30 de Setembro próximo.

"O Presidente angolano está informado de que esperamos dele iniciativas reais, concretas, mas a verdade é que anda a dialogar não sabemos com quem, em vez de estabelecer contactos com as forças que se encontram no terreno", disse Tibúrcio Luemba ao PÚBLICO, referindo-se à recente deslocação de Eduardo dos Santos à capital do Gabão, onde se encontrou com Alberto Raul, um angolano que já ocupou cargos governamentais no Congo.

Falando por telefone a partir de Kinshasa, onde está sediado, o dirigente guerrilheiro disse que o Presidente de Angola o "decepcionou" ao ter procedido ao "envio massivo de 15 mil homens para Cabinda", um acto que classifica de "declaração de guerra".

Tibúrcio Luemba faz parte do colégio presidencial do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, uma estrutura saída da Conferência de Quadros e Patriotas Cabindenses que decorreu em Lisboa entre 10 e 12 de Novembro passado e à qual continua a recusar pertencer Nzita Henriques Tiago, presidente da FLEC-FAC, a mais importante das facções guerrilheiras. "A história aponta numa direcção, com todos os países africanos a entenderem-se, e Nzita Tiago não pode ir contra a realidade actual", disse, chamando a atenção para o facto de nunca se terem registado "confrontos, sequer uma troca de tiros", entre os combatentes das FLEC que actuam lado a lado nas florestas do Norte de Cabinda. "As divergências são naturais, e não impedirão a resolução do problema de Cabinda. Se o Governo angolano quiser encontrar os interlocutores válidos, encontrará os interlocutores válidos", rematou.

O grupo dirigido por Tibúrcio Luemba resulta de uma cisão da FLEC-Lobota (um dirigente que reapareceu há poucas semanas em Kinshasa depois de um gravíssimo acidente) e parece gozar de apoio entre quadros do interior do território. Durante o mês de Maio, disse o líder ao PÚBLICO, este movimento acolheu vários desertores das FAPLA, entre eles um capitão e um subtenente, e foi responsável por uma dezena de acções armadas, das quais destacou ataques a colunas e destacamentos nas zonas de Chamazi (3 mortos, em 5 de Maio), Subantando (cinco mortos, dois dias depois) e Camporico ("25 mortos e muitos feridos", dia 27), e bombardeamentos do portão das instalações petrolíferas da Cabinda Gulf em Malongo ("três polícias governamentais mortos e um ferido", no dia 14), do destacamento de Mabel, e do comissariado principal de Cabinda (nos dias 9 e 31, respectivamente).

No passado fim-de-semana, o chefe do Estado-Maior das FAPLA em Cabinda, coronel Mário Inglês, desmentiu alegações semelhantes da organização de Nzita Tiago, argumentando que "nos últimos tempos nunca mais houve choques entre as FAPLA e a FLEC-FAC". ■ **A.G.**

PÚBLICO 23 JUNHO 1992

General Garrido assassinado em Luanda

O GENERAL angolano Sebastião Garrido, conhecido pelo nome de guerra "Che Guevara", foi ontem morto a tiro e a sua mulher raptada, de acordo com um comunicado divulgado ontem pelo Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas. Segundo o comunicado, citado pela agência angolana ANGOP, o general foi assassinado em pleno dia, em Viana, nos subúrbios de Luanda. O Estado-Maior lançou "um severo alerta aos manipuladores e aos executores do crime organizado para que ponham fim às suas acções criminosas". As autoridades prenderam várias pessoas suspeitas de estarem relacionadas com o assassínio, segundo fontes militares citadas pela Lusa. Sebastião Garrido foi um dos mais destacados oficiais das Forças Armadas angolanas durante o regime anterior e um dos signatários do cessar-fogo, em Maio do ano passado. ■

PÚBLICO 26 JUNHO 1992

"Augustus" em Luanda

AINDA A recuperar dos anos de guerra, Luanda começa agora a atrair "estranhas manias" como a alta costura. O costureiro português António Augusto Loureiro, "Augustus", natural de Angola, está de facto a pensar instalar até ao fim do ano um atelier-fábrica e já conversou com as autoridades nesse sentido, disse ontem a agência Lusa. Aliás, "Augustus" está neste momento na capital angolana, onde foi apresentar um desfile de 80 modelos originais. Na "passerelle" circularam 10 mulheres, portuguesas e angolanas. ■

EXPRESSO, SÁBADO 27 DE JUNHO DE 1992

TAP entra na Air Bissau

O GOVERNO da Guiné-Bissau acaba de decidir a participação da TAP-Air Portugal na transportadora aérea daquele país, a Air Bissau, revelou ao EXPRESSO o porta-voz da TAP, Alves Fernandes. O que ainda não está definido é o peso da participação portuguesa na companhia guineense, uma vez que a participação da TAP no capital da Air Bissau poderá oscilar entre 40 e 60 por cento do capital. No entanto, os responsáveis da transportadora aérea portuguesa atribuem grande importância a esta associação.

PRESOS em S.Tomé até existirem tribunais

EXPRESSO, SÁBADO 27 DE JUNHO DE 1992

CELESTINO da Costa, ex-primeiro-ministro do governo de transição de São Tomé, e Carlos Ferreira, ex-ministro do Equipamento Social e do Ambiente, continuam retidos, por ordem do chefe do Governo. «Indiciados» como suspeitos de envolvimento no «caso das casas pré-fabricadas» — um dos maiores alegados crimes de corrupção atribuídos aos antigos dirigentes do MLSTP —, ainda não foram formalmente acusados e correm o risco de não o ser tão cedo: os últimos interrogatórios datam de 1990 e, entretanto, o procurador-geral da República que sustentava a acusação demitiu-se, conjuntamente com a maioria dos juízes.

A crise que paralisa os tribunais são-tomenses desde Dezembro último — e que culminou com a demissão dos magistrados após a aprovação, pela Assembleia Nacional, da nova legislação promulgada em Fevereiro pelo Presidente, Miguel Trovoada — está longe de ser resolvida.

José Paquete foi nomeado presidente do Supremo Tribunal, mas o colectivo ainda não foi constituído e só os tribunais de primeira instância recomeçaram a funcionar. Entretanto, dezenas de reclusos, que já ultrapassaram o prazo legal de prisão preventiva, ou reúnem as condições previstas para beneficiar da liberdade condicional ou continuam presos porque não há juízes para ordenar as excarcerações ou instruir os processos.

Um jurista português, que colaborou com o Ministério da Justiça são-tomense na nova lei dos tribunais, qualifica a situação de kafkiana e o próprio Presidente exortou o novo Governo, chefiado desde Maio por Norberto Costa Alegre, ao respeito das normas do Estado de Direito.

Trovoada alega, porém, não poder interferir nas competências do Governo. Mas a oposição fala em perseguições políticas e em divisões no seio do Governo e do partido da Convergência Democrática-Grupo de Reflexão (PCD/GR), que derrotou o MLSTP nas primeiras eleições democráticas, em 1990.

À espera da Justiça

O Governo invoca a paralisação dos tribunais para não responder aos requerimentos dos advogados de Celestino da Costa. Segundo a defesa, a **«inoperância dos tribunais não pode ser imputada às pessoas» e «as liberdades não podem ser restringidas sem mandado judiciário».** Ao contrário do ex-Presidente Pinto da Costa, que deixou São Tomé logo a seguir às eleições, Celestino da Costa deu provas de não querer furtar-se à justiça, regressando após várias deslocações ao estrangeiro e processando os seus acusadores por difamação.

Contudo, a intenção dos novos dirigentes de transformar o processo contra o ex-primeiro-ministro em julgamento do anterior regime esbarrou com a falta de «cooperação» dos magistrados são-tomenses, condiscípulos e colegas de Celestino da Costa, que foi procurador-adjunto em Cabinda antes da independência angolana.

Vários governos ocidentais, entre os quais o português, fizeram saber, diplomaticamente, que as irregularidades no funcionamento da Justiça afectam a imagem do novo regime democrático e poderão dificultar a concessão das ajudas e créditos de que São Tomé, à beira da bancarrota, necessita.

O conflito entretanto surgido entre a Presidência e o Governo impediu este de se livrar da «batata quente» mediante uma amnistia política, por ocasião da visita do Papa a São Tomé.

Em Lisboa, com os quatro filhos, a mulher de Celestino da Costa afirmou ao EXPRESSO: **«As crianças estão traumatizadas, não sei se devo voltar a São Tomé, não sei o que fazer, a indefinição actual é a pior das situações».** Sem culpa formada, sem emprego nem passaporte, Celestino da Costa está condenado a esperar que a crise se resolva para que a Justiça retome o seu curso em São Tomé.

AS GRANDES OFENSIVAS DAS FAM

A GUERRA DOS CUEIROS

por Almiro Santos (texto) e Alfredo Mueche (fotos)

O soldado das FAM havia feito seis meses de instrução. É certo que, quando partiu para a frente de combate, esperava encontrar uma guerra de "guerrilha", mas sempre pensou que estava no mato para combater "guerrilheiros" da sua idade.

Foi um assombro para o soldado das FAM, no dia em que capturou um "guerrilheiro" da Renamo, uma criança de 14 anos, que mal conseguia suster a AKM no ombro. O pior é que o miúdo parecia tomado pelo demónio e disparava indiscriminadamente.

O soldado das FAM não teve outra alternativa senão responder ao fogo "inimigo". Em Kombomuni, uma localidade do distrito de Mabalane, no interior da província de Gaza, ou se mata ou se é morto.

Mas o "guerrilheiro" da Renamo foi capturado, depois de ter sido atingido no tronco raquítico. Chama-se Luís Nhantumbo e frequentava a 5ª classe quando foi raptado pela Renamo, em 1990, *no distrito de Homoíne, Inhambane.*

O pequeno Luís Nhantumbo é apenas uma das muitas crianças que a Renamo está a utilizar nesta guerra. Segundo o depoimento de um antigo cativo da Renamo, nos últimos tempos o grupo armado tem estado a formar "batalhões infantis", uma vez "provado" que as "crianças reclamam menos, disparam mais e não se atrevem a exigir comida aos chefes".

Tal como dizia um oficial do Exército moçambicano, "muitas vezes lutamos contra crianças que ainda não saíram dos cueiros".

É uma guerra de cueiros, de facto.

E um grupo de seis crianças. Estão alegres e saltitam à vontade, à excepção de algumas que se encontram feridas, ou têm os pés inchados. Olha-se para os seus pezinhos e nem se imagina que percorreram milhares de quilómetros e que atravessaram todas as províncias do sul do país.

Olha-se para as suas pequenas mãos e não se adivinha que sabem manejar mortíferas armas de fogo. Aquelas pequenas mãos, por incrível que possa parecer, tiraram centenas de vidas humanas. Algumas, até, esquartejaram seres humanos e desventraram mulheres.

Olha-se para aqueles olhos, aparentemente ingenuos, e está-se longe de imaginar que são mais vividos do que qualquer adolescente que habita, mais ou menos sossegado, as zonas urbanas. São olhos que se habituaram a ver a morte, e encaram a vida com desprezo e de esguelha.

E tão banal, quando se pode imaginar, a vida para aquelas crianças, a maior parte das quais até já teve uma vivência sossegada. Todas as seis crianças que cirandavam pelo Posto de Comando Avançado, situado, algures, no distrito de Chókwè, tinham sido raptadas pela Renamo.

De incredulidade a incredulidade, "Domingo" assistiu à "formatura". Só para fazer uma demonstração e afastar qualquer dúvida que ainda pudesse existir sobre a "militarização" daquelas crianças, um oficial das FAM pediu ao "comandante" do que havia restado do "batalhão" para que fizesse a formatura.

O "comandante" era Luís Nhantumbo, uma criança de 14 anos, que fora ferida em combate. Coxeava insistentemente, mas mesmo assim pediu permissão para que o seu adjunto ordenasse a voz de comando.

O "comandante-adjunto" deu um passo em frente, fez a continência e virou-se para as suas "tropas". Era um miúdo de 12 anos. Chama-se Lourenço Lucas Massingue e vivia no bairro de Hulene, em Maputo. Foi raptado em 1991, quando passara para a 4ª classe e ia visitar os pais, no distrito de Chibuto.

O "comandante-adjunto" ordenou que as suas "tropas" ficassem em sentido. Depois, foi corrigindo a posição de cada um dos "soldados" e endirectando a posição dos ombros. Virou-se para os oficiais das FAM, como quem diz: às ordens!

E toda esta história parece sair de uma novela. Faz lembrar os escoteiros. A única diferença é que estes escoteiros são crianças treinadas para matar. A guerra que fazem não é simulada, e muito menos simularam que estavam a disparar, porque as armas que utilizaram não eram, nem pouco mais ou menos, brinquedos que qualquer criança encontra na arca do Pai Natal, no dia 25 de Dezembro.

E pergunta-se:

— Quem é o chefe do "batalhão"?

Mesmo ferido, Luís Nhantumbo dá um passo em frente. Faz a continência e afirma, numa voz que contrasta com o seu estado físico:

— Às ordens!

Outra pergunta:

— O "comandante-adjunto", quem é?

Acto contínuo, o "comandante" dá um passo atrás, enquanto o pequeno Lourenço Lucas Massingue se destaca:

— Às ordens!

— O "batalhão" está pronto?

— Às ordens!

— Podem disparar.

Depois da continência, o pequeno Lourenço dá meia-volta e ordena às suas "tropas" para que se dispersem.

Ficara a demonstração e o facto evidente de que aquelas crianças estavam mais do que militarizadas: estavam instrumentalizadas.

LUÍS NHANTUMBO

É uma criança muito metida consigo mesma. Tem olhos longínquos, certamente a pensar na sua terra natal: Homoíne. Não sabe muito bem como é que conseguiu escapar do massacre perpetrado pela Renamo naquele distrito, em 1987.

Foi raptado pela Renamo, em 1990, quando regressava da escola. Na altura, frequentava a 5ª classe. Levaram-no a ele e a mais outras sete crianças da sua turma. Foram dar a uma base da Renamo em Inhambane. Ainda se lembra que se chama Chalaline.

Percorrendo todas essas distâncias a pé, o pequeno Luís foi dar à base de Nhanjele, onde treinou durante quadro dias. Quando lhe perguntámos em que consistiam os treinos respondeu:

— ... marchar e a disparar.

A odisseia de Luís Nhantumbo ainda estava para começar. Depois da "instrução" seguiu para Palakatchane, onde lhe deram uma arma. Com ela devia fazer tudo aquilo que os "chefes" mandassem fazer "sem discutir".

A sua "vida militar" começa, realmente, com quatro ataques consecutivos a aldeias. Aliás, a maior parte das ordens que recebiam dos seus "superiores" eram mais ou menos do género de saquear palhotas e roubar gado.

Ainda se lembra do seu primeiro "comandante". Chamava-se Fernando Filipe. Tudo o que conseguiam roubar era para "o chefe Filipe". Segundo o pequeno Luís, Fernando Filipe era apenas um pouco mais velho do que nós.

O senhor Filipe era muito mau, recorda-se, no mesmo tom longínquo.

Luís Nhantumbo actuava em Kombomuni, uma região situada no distrito de Mabalane, no interior da província de Gaza. Aliás, Luís Nhantumbo foi capturado em Kombomuni, no decurso de uma operação de perseguição do Exército moçambicano.

Depois de uma renhida troca de tiros, o "batalhão" comandado por Luís Nhantumbo bateu em retirada. Foi cortando o mato, a coxear, galgando dunas de areia e rochas, sempre perseguido por unidades do Exército.

— Cheguei a um ponto em que já não aguentava mais. Estava cansado. Parei e levantei os braços, em sinal de rendição.

O pequeno Luís fala fluentemente o português, apenas se notando uma nesga do sotaque de Inhambane.

— O soldado aproximou-se de mim e disse para atirar a arma fora. Atirei a arma para o chão. Depois, ele pegou na arma e confirmou se funcionava.

Luís Nhantumbo foi, depois,

levado para um *hospital* onde foi tratado. Mesmo assim, continua a coxear mas, provavelmente, o pior ainda é capaz de estar para vir. Tanta coisa viram os seus olhos que será difícil esquecer. Aquele aspecto longínquo dos seus olhos, não é mais do que um sintoma do trauma.

— E o Filipe? Foi capturado?

— Fugiu.

Uma das estratégias da Renamo tem sido, de facto, a utilização de crianças para servirem de "carne para canhão", como comentou um oficial do Exército, mas as crianças são controladas à distância por um "chefe" mais adulto. Neste caso, Fernando Filipe seguia um pouco atrás do "batalhão" quando este recebia a missão de pilhar uma aldeia.

— O Fernando Filipe batia-nos, muitas vezes, quando íamos aos ataques. É que fazíamos muitos ataques seguidos e ficávamos cansados de andar, e carregar sacos.

Luís Nhantumbo era "comandante" de 40 "homens". Confessou que quando disparava não sabia se acertava em alguém, mas reconhece que matou "muita gente".

Quanto ao Fernando Filipe, o seu "superior hierárquico", lembra-se muito bem de que tinha sempre uma pistola na cintura e que fazia uso dela quando alguma das crianças se mostrava esgotada, devido às longas caminhadas.

O pequeno Luís recorda-se de, quando um dia, ao regressarem de um ataque, uma das crianças do seu "batalhão" caiu redonda, no chão. Estava cansada, pois, para além de ter andado muito, **tinha sono e não tinha comido nada**, havia dias.

— A única coisa que nos davam na base, eram as peles dos bois que roubávamos para os chefes.

Tentaram pôr o companheiro a andar, mas como não conseguissem, e para não deixarem os sacos de milho que traziam na cabeça para levarem o "soldado" esgotado, Fernando Filipe puxou pela pistola e encostou o cano à cabeça da criança cansada. Depois, virou-se para as restantes 39 crianças do "batalhão" e disse:

— Quem é o outro que está cansado? — E puxou o gatilho.

Olhando para Luís Nhantumbo a falar, nota-se, quando conta esta passagem, que se lhe desaparece o tom natural. Dá a impressão de que os seus tímpanos ainda ouvem o eco do disparo. Não chega a chorar, mas os seus olhos ganham um tom cinzento. Não, Luís Nhantumbo já não é uma criança normal.

Ao retomar, passados dois minutos, Luís Nhantumbo fala dos curandeiros.

— Sempre que saíamos para atacar uma aldeia, os curandeiros "batiam kuxa-kuxa.

Aliás, todas as outras crianças confirmaram o facto de haver sempre uma "prelecção" dos curandeiros antes de os "batalhões" partirem para os ataques.

Voltando para o pequeno Luís Nhantumbo, olha-se para os seus olhos e não se descobre emoção nenhuma. Mesmo quando afirma, sem que ninguém lhe pergunte:

— Não quero voltar para a base. *Quero voltar* para Homoíne e estudar. Não quero matar mais ninguém.

Não é difícil acreditar que ele acredita naquilo que diz. O que é difícil acreditar é se, realmente, o pequeno Luís Nhantumbo voltará a ser o menino-estudante que era, quando frequentava a 5ª classe numa escola de Homoíne.

É mais fácil acreditar que não será mais o mesmo.

LOURENÇO LUCAS MASSINGUE

Conheceu a base de Ngúngwe. Aliás, a famigerada base de Ngúngwe, de onde partiu um ataque de armas químicas contra uma unidade dos comandos no ano passado. Lourenço Lucas Massingue tem apenas 12 anos de idade, e foi apanhado no distrito do Chibuto quando, proveniente de Maputo, ia visitar os seus pais.

Ao contrário de Luís Nhantumbo, Lourenço Lucas Massingue é bastante vivo. Fala pelos cotovelos e tem sempre piadas na ponta da língua. Quando um dos companheiros conta um episódio e "descarrila no português", o pequeno Lourenço não o poupa: ridiculariza-o mesmo. A sua 3ª classe já lhe dá para falar fluentemente o português.

Antes de ser levado para Ngúngwe, Lourenço Massingue passou pela base de Bambene. Em Ngúngwe, o "comandante-adjunto" treinou artes marciais. E fez algumas demonstrações para que "Domingo" pudesse avaliar o seu cinturão.

Afirma que o seu instrutor foi João Zucula e o seu grupo era composto por 50 crianças. Lourenço João Massingue não tem "cadastro", como afirma, pois a sua "especialidade" não tinha nada a ver com armas de fogo.

Acotovelando as palavras quando fala, pois, para além de ser "comandante-adjunto" é o líder de opinião do grupo, Lourenço Massingue recorda-se de que, na base, comia "pele de boi e farinha", quando existia.

Então, para que servia a sua especialidade se não a utilizava? É que nas bases da Renamo é preciso promover "espectáculos" e os "espectáculos" eram dados pelos "karatecas". Amiúde, os "chefes" das bases promoviam combates entre as crianças e gritavam: "sangue, sangue!"

Lourenço Massingue tem uma cicatriz no sobrolho direito, e *conta* **que é a recordação de um desses combates-exibição assistidos pelos "chefes" nas suas horas de lazer.**

— Combati *com* uma outra criança, que era um bocado mais crescida do que eu — conta Lourenço Massingue.

No primeiro combate, de acordo com o pequeno Lourenço, o seu adversário abriu-lhe o sobrolho. No segundo combate foi o contrário: **Bati-lhe a valer.**

Estes episódios são contados com *uma infantilidade tal, que choca*m com a crueldade de uma prática excêntrica nas bases da Renamo.

— Sempre que lutávamos tinha que sangrar alguém, diz, naturalmente, Lourenço Massingue.

Esta criança fugiu, em princípios deste ano, de uma das bases assaltadas por unidades do Exército moçambicano, na província de Gaza.

Na sua fuga, um companheiro seu da base "reconsiderou" e voltou para a base conforme conta Lourenço Massingue.

— O meu amigo voltou porque se queria vingar.

— Vingar-se?

— Sim. Antes de voltar para a base, ainda passou pela sua casa, aqui perto (e aponta para a direcção de Chibuto), onde queimou a palhota onde vivia a sua cunhada, mulher de um irmão dele que é militar.

— E era essa a vingança?

— Sim, porque na base ensinam-nos que nos devemos vingar da Frelimo, que anda a maltratar os nossos familiares.

Sem o amigo, Lourenço Massingue está agora à espera do dia em que regressará a Maputo, onde pretende continuar a treinar artes marciais "no Ginásio de Maputo".

— E a escola?

— Hei-de voltar.

— Mas então não havia escola na base? — perguntámos em changane.

Sem desarmar, Lourenço Massingue responde em português. Afinal de contas ele *não* admitia que alguém o tratasse como se não soubesse falar português. E falava, de facto.

— Aquilo é escola? Só ensinam que a Frelimo é isto, que "viva Dhlakiama". Aquilo não é escola...

Várias outras crianças afirmaram ter "frequentado" algumas "escolas" nas bases da Renamo, em Gaza, descrevendo as aulas como sendo de "política".

— Não há matemática ou português. Só "viva Dhlakiama".

No Posto de Comando Avançado, onde estavam, as crianças tiveram a oportunidade de ver alguns capítulos da telenovela brasileira "Sassamo Tema". Lourenço Massingue ia identificando alguns actores que participaram em novelas como "Roque Santeiro" e "Cambalacho".

— Aquele é o Roque. Olha aquela. É a Porcina Duarte. Aquele é o Zeca Diabo. É!

No meio da guerra, aqueles gritos soam mesmo nostálgicos a um tempo de paz. É que nem parece que durante um ano o pequeno Lourenço Massingue andou perdido por várias bases da Renamo, sem nenhum contacto com a civilização.

E depois de ele regressar à civilização. Tudo será como dantes?

ELIAS MASSINGUE

Não há dúvida de que é um caso perdido. É irmão de Lourenço Massingue, mas nada tem do irmão, *apesar* de ser dois *anos* mais velho e, aparentemente, ter tido uma "vida militar" mais agitada na Renamo.

Adoeceu na base. Foi passado à "reserva". Ia buscar água no poço e dormia o dia inteiro. O drama, para o pequeno Elias, começou verdadeiramente quando, acossado pela fome, roubou uma pele de boi. Por isso mesmo, cortaram-lhe uma orelha.

Ficou dias e dias assim. Com uma ferida aberta e a sangrar. Ninguém lhe aplicou uma ligadura que seja *para estancar a hemorragia.*

Hoje não atina palavra com palavra. Incoerente, mesmo a expressar-se em changane, Elias Massingue é uma criança que pertence a uma geração perdida.

Está profundamente traumatizado. Não sabe em que ano estamos, e muito menos há quanto tempo foi raptado.

Por detrás dos risos de chacota dos companheiros, quando balbucia palavras ininteligíveis, está um verdadeiro drama social que se avizinha no Moçambique do pós-guerra: herdar uma geração perdida.

Com Elias Massingue, podemos falar das histórias diferentes de Armando Lopes Sigaúque, de Eugénio Chaúque, de Bernardo Jacinto e de muitas outras crianças que formam os "batalhões infantis" da Renamo.

É uma guerra de oueiros.

DOMINGO

7 de Junho de 1992

PÚBLICO 23 JUNHO 1992

Moçambique na Expo

O DIA nacional de Moçambique na Expo 92 vai ser assinalado quinta-feira com uma visita do primeiro-ministro daquele país que inaugura a exposição "Ilha de Moçambique, Ponto de encontro de civilizações". Trata-se de um retrato fotográfico do mais importante património moçambicano quinhentista. ■

FAM frustram tentativa de tomar cidade de Chibuto

As Forças Armadas de Moçambique frustraram uma operação da Renamo, com vista a ocupar a cidade de Chibuto, na província de Gaza, facto que, segundo uma fonte militar, proporcionaria um campo maior de circulação para os grupos armados da Renamo que procuravam desfazer o nó.

A ofensiva das Forças Armadas teve início em Abril, altura em que a Renamo já havia iniciado a movimentação dos seus homens de algumas bases, como Nalázi e Dindiza.

Esta ofensiva das FAM fustigou a Renamo para mais ao norte da província de Gaza, tendo sido possível retomar, inclusivamente, Dindiza.

Segundo um oficial do Exército moçambicano, com a tomada de Chibuto a Renamo pretendia consolidar a posição das suas bases a nordeste de Gaza, e abrir um corredor que permitisse a passagem de grupos armados para as suas operações de saque.

A fonte acrescentou que a tomada de Chibuto tinha como objectivo deixar campo aberto para a acção dos grupos da Renamo, uma vez que mais a sul se encontra o Corredor do Limpopo, facto que mais tarde havia de fazer com que os bandidos ficassem flanqueados.

O acordo parcial de Roma, assinado em Dezembro de 1990, estabelece que a Renamo não deve atacar os Corredores da Beira e do Limpopo. Em contrapartida, as tropas zimbabweanas ficam confinadas nestes dois sectores.

DOMINGO

7 de Junho de 1992

Conseguindo as bases de Nalázi, Dindiza, Makezi e tomando Chibuto, a Renamo estaria em condições de estabelecer ataques mais consistentes à Estrada Nacional nº 1 e, inclusivamente, a outros distritos de Gaza e Maputo.

Se não fizéssemos esta ofensiva, estaríamos a combater no Chibuto, disse a fonte militar.

Entretanto, a falta de água e de víveres em Dindiza, está a originar um verdadeiro êxodo da população daquela localidade, situada a nordeste da província de Gaza.

A população está a encetar longas caminhadas em direcção a Mabalane, Guijá e outras localidades de Gaza, mas a maior parte não resiste a longas marchas e morre pelo caminho.

Na picada que liga Chibuto a Makezi, podem ser encontrados muitos cadáveres, alguns deles em estado de decomposição.

As colunas militares têm que parar, bastas vezes, e afastar os corpos da picada, de modo que a coluna possa prosseguir.

Há casos em que são os próprios soldados a abrir sepulturas para os cadáveres.

por Almiro Santos, nosso enviado

PÚBLICO SÁBADO, 27 JUNHO 1992

Conversações de Moçambique

Más notícias

ATÉ os mais optimistas terão de concordar que esta penúltima semana de Junho não trouxe boas notícias no que diz respeito às conversações de paz para Moçambique a decorrer em Roma, com a discórdia e a inflexibilidade a prevalecerem sobre o espírito de compromisso.

Já para a realização da primeira reunião programada para segunda-feira os medianeiros, da comunidade de Santo Egídio e do Governo italiano, encontraram dificuldades. Após dias e horas de consultas entre as delegações do Governo moçambicano e da Renamo, o único tópico que os organizadores puderam colocar na agenda de negociações como "ponto de acordo" entre as duas partes foi a actividade da Comive (Comissão Mista de Verificação).

Criada em 1990 para fiscalizar um cessar-fogo parcial, instalada nas linhas férreas da Beira e do Limpopo, a Comive tem sido muito criticada pela Renamo.

Para discutir um informe redigido pela Comive e entregue às partes envolvidas, a Renamo solicitou um adiamento por 24 horas.

E foi somente na tarde de terça-feira que a primeira reunião teve lugar. Ambas as delegações entregaram a todos os participantes o próprio documento de apreciação ao informe da Comive. Mas, para responder pessoalmente às críticas, apresentou-se o presidente da Comive, o embaixador de Itália em Moçambique, Manfredo de Camerana. Segundo o embaixador de Camerana, as acusações de negligência contra a Comive, vindas da Renamo, teriam razão de existir, mas não por desinteresse, e sim por falta de recursos financeiros, o que dificulta muito a deslocação rápida e eficiente dos técnicos internacionais. "Há muito poucos helicópteros à disposição", sintetizou o embaixador.

Esta reunião foi também a primeira na qual participaram oficialmente delegações de observadores internacionais. Formadas por acessores políticos e militares, estiveram presentes as delegações de Portugal, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Na reunião seguinte foi a vez da discussão directa entre a Renamo e o Governo. Da sua parte, a Renamo solicitou que a Comive pudesse se mover com muito mais liberdade, autonomia, e acima de tudo sem pré-aviso e em todo o território moçambicano. Só desta forma, disse o chefe da delegação Raul Domingos, "o elemento surpresa funcionaria a favor da Renamo, evitando que as tropas do Governo escondessem a realidade das batalhas".

E como tem acontecido ultimamente, as partes não encontram um denominador comum, e o Governo moçambicano expressou claramente o seu desagrado pela posição da Renamo. Segundo os delegados de Maputo, com as lutas que continuam, e caso a Comive tenha a solicitada liberdade de acção e movimento, na eventualidade de a Renamo se sentir ameaçada, esta utilizaria a Comissão como protecção, papel que o Governo não aceita que seja efectuado pela Comive.

Finalmente, um outro ponto problemático e ainda sem solução, seria de que, tendo a Comive a liberdade de se mover em todo o território de Moçambique, em qualquer zona de embate, haveria um real perigo de vida para os técnicos internacionais. Neste caso uma nova Jugoslávia estaria para nascer no continente africano, onde vários estrangeiros encontraram a morte.

O pessimismo começa a transparecer da parte dos medianeiros e o primeiro sinal de descontentamento por parte dos observadores já apareceu: os analistas militares da delegação dos observadores dos Estados Unidos deixaram a sua comitiva e embarcaram para Washington. ■

Ricardo Setyon, em Roma

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 25 JUNHO 1992

■ **RENAMO**

Vinte e sete pessoas, entre as quais um rebelde, foram mortos durante um ataque lançado recentemente pela Renamo, no Sul de Moçambique, revelou um porta-voz militar citado ontem pelo jornal "Notícias".

PÚBLICO 26 JUNHO 1992

MOÇAMBIQUE

Um representante pessoal do secretário-geral da ONU participou ontem pela primeira vez, como observador, nas negociações de paz de Moçambique, anunciou em Roma um porta-voz da Comunidade de Santo Egídio. Trata-se do diplomata argentino Orazio Boneo. A participação da ONU correspondeu a uma solicitação do Governo de Maputo.

Na África do Sul melhora a economia

EXPRESSO, SÁBADO 27 DE JUNHO DE 1992

À medida que os riscos relacionados com a situação política vão sendo eliminados, a capacidade da África do Sul para atrair capital estrangeiro vai aumentando, e o progresso registado no plano internacional contribuiu para a criação de uma base financeira mais sólida para apoiar o futuro desenvolvimento do país.

Pieter Swanepoel*

A MELHORIA da situação económica sul-africana, no plano internacional, tem sido, ultimamente, um dos aspectos mais positivos da África do Sul. O processo de reformas políticas, que ganhou maior ímpeto nos últimos dois anos, teve um impacto significativo tanto na balança de transacções correntes como nas operações de capitais da balança de pagamentos e contribuiu para um aumento considerável das reservas em moeda estrangeira.

A balança de transacções correntes registou um superavit de 348 milhões de contos em 1991, o que representa o sétimo superavit consecutivo desde 1985. Durante este período de sete anos, o superavit acumulado totalizou mais de 1 693,5 milhões de contos.

O bom resultado da balança de transacções correntes em 1991 deve-se a mais de um aumento no total das exportações de mercadorias e ouro que subiram de 2 820,5 milhões de contos, em 1990, para 3 080,2 milhões, em 1991. O aumento de cerca de 9 por cento no total das exportações é atribuído a uma subida substancial de cerca de 20 por cento nas exportações de bens manufacturados.

Ao mesmo tempo, a recessão económica no plano interno provocou um abrandamento na procura de bens importados, com o resultado de que o total de mercadorias importadas aumentou apenas moderadamente de 2 069,8 milhões de contos para 2 258 milhões, ou seja, um aumento também de 9 por cento.

Prevê-se que o superavit da balança de transacções correntes será consideravelmente mais baixo em 1992, dado que a importação de cereais, em consequência dos efeitos da seca, acrescentará mais de 94 milhões de contos ao montante total das importações.

As reformas políticas postas em prática pelo Presidente FW De Klerk, no início de 1990, contribuíram para uma melhoria significativa das operações de capitais da balança de pagamentos. O total líquido da saída de capitais desceu de 202,2 milhões de contos, em 1989, para 136,4 milhões, em 1990, e para apenas 65,8 milhões nos primeiros nove meses de 1991.

No final do último trimestre do ano passado, quando o aumento da liquidez total começou a fazer baixar as taxas de juros internas e o preço do ouro desceu, grandes montantes de capital de curto prazo saíram do país, devido, principalmente, à alteração do sistema de financiamento a curto prazo de fontes estrangeiras para fontes internas. A influência de factores políticos na entrada e saída de capitais de curto prazo está a desaparecer, enquanto que factores económicos e financeiros, tais como diferenciais das taxas de juros, condições de liquidez, oscilações previstas nas taxas cambiais e tendências na inflação, estão novamente a determinar as decisões nesta área.

A melhoria das operações de capitais tem sido o resultado do sobretudo do mais fácil acesso das entidades sul-africanas que procuram empréstimos às fontes estrangeiras de financiamento de curto prazo, ligadas a transacções comerciais internacionais, e a fundos interbancários igualmente de curto prazo. No entanto, também foram realizadas com êxito algumas ofertas privadas e emissões de obrigações pelo Governo sul-africanb e por outras empresas do sector público. A política oficial é a de reentrar cautelosamente nos mercados de fundos com prazos mais dilatados.

Reservas aumentam

Em resultado do desenvolvimento positivo da balança de pagamentos nos últimos anos, as reservas nacionais de ouro e divisas estrangeiras aumentaram 221 milhões de contos desde meados de 1989. Em finais de Abril, este montante correspondia apenas ao valor das importações de dois meses. Continua a ser objectivo da política monetária aumentar as reservas, de modo a cobrirem pelo menos três meses de importações. Apesar da previsão de um superavit da balança de transacções correntes mais baixo em 1992, prevê-se que as reservas continuarão a aumentar durante o resto do ano.

A taxa de câmbio nominal do rande, contra o conjunto das moedas dos principais parceiros comerciais da África do Sul, registou uma desvalorização de 6,5 por cento em 1991. Esta desvalorização esteve mais ou menos em linha com a diferença entre a taxa de inflação na África do Sul e a taxa de inflação média dos seus principais parceiros comerciais, sendo que a taxa de câmbio, em termos reais, quase que não se alterou no ano passado.

A dívida externa da África do Sul continuou a descer em 1991, totalizando agora menos de 19 biliões de dólares. No final de 1991, a dívida externa correspondia a menos de 70 por cento das exportações anuais, comparada com os cerca de 250 por cento para todos os países em vias de desenvolvimento no mundo ocidental. O pagamento dos juros da dívida absorveu 7 por cento das exportações anuais, comparado com uma média de 16 por cento para outros países em vias de desenvolvimento.

À medida que os riscos relacionados com a situação política vão sendo gradualmente eliminados, a capacidade da África do Sul para atrair capital estrangeiro vai aumentando.

Embora a situação económica interna tenha permanecido, em 1991, num estado relativo de recessão, o progresso registado na posição económica da África do Sul no plano internacional contribuiu para a criação de uma base financeira mais sólida para apoiar o futuro desenvolvimento económico do país.

**Embaixador da África do Sul*

Desmond Tutu não quer África do Sul em Barcelona

PÚBLICO 23 JUNHO 1992

O ARCEBISPO anglicano Desmond Tutu afirmou ontem que a África do Sul deve ser expulsa ou abandonar a sua participação nos Jogos Olímpicos de Barcelona se Pretória não aceder às exigências para colocar cobro à violência e não aceitar um acordo político no país. As declarações do líder religioso surgem no contexto de uma crise política decorrente do recrudescimento da violência e do bloqueio das negociações, matérias em que a aliança do Congresso Nacional Africano aponta responsabilidades ao executivo. "Se pelo menos uma das exigências não for satisfeita antes do início dos Jogos, então a equipa sul-africana deve retirar-se", sustentou Tuto, que na década de 80 foi um dos principais impulsionadores do isolamento da África do Sul. ■

África do Sul: saldo positivo na balança comercial

PÚBLICO 29 JUNHO 1992

A BALANÇA comercial sul-africana registou, em 1991, um superavit de 348 milhões de contos. No ano passado representou o sétimo consecutivo em que a balança de transacções correntes foi favorável à África do Sul, o que permitiu que o saldo positivo acumulado ultrapassasse 1600 milhões de contos. A recessão interna — que "provocou um abrandamento na procura de bens importados" — e o aumento das exportações de mercadorias e de ouro são os principais elementos que permitiram o excedente de 1991. ■

JORNAL DO BRASIL 26/06/92

'Ligações perigosas' em Pretória

Coronel denuncia a cumplicidade da polícia com Inkhata

LONDRES — Um oficial graduado que trabalhou durante 32 anos nas forças de segurança da África do Sul, que fugiu esta semana para a Inglaterra, confirmou a existência de uma estreita cooperação entre a polícia de seu país e o Inkhata, organização de direita de militantes da etnia zulu, responsável por ataques contra os militantes do Congresso Nacional Africano e pelo massacre de Boipatong.

"Você não encontrará nenhum papel mostrando um acordo entre a polícia e o Inkhata, mas eles trabalham juntos. A visão básica é de deixar o Inkhata lutar, fingindo não ver nada", disse o coronel John Horak, que foi recrutado para os serviços de segurança em 1957, pouco depois de ter começado a trabalhar como jornalista. Ele chegou a fazer parte da cúpula do sistema, como presidente do comitê de comunicações estratégicas do Conselho de Segurança do Estado, dirigido pelo próprio presidente da República.

Horak explicou que o sistema de segurança existente em seu país permite que os escalões inferiores cometam assassinatos políticos e fiquem impunes.

Segundo ele, o sistema de segurança nacional atravessa o país de cima a baixo, desde o presidente da República até os delegados de polícia nas vilas. "Quem dirige o sistema em cada área é um oficial graduado de polícia, que tem liberdade para trabalhar. Se ele for uma pessoa arrogante, tomará todas as decisões sozinho. A polícia só informa aos escalões superiores sobre um problema quando não consegue lidar com ele. Localmente, ela pode matar alguém - geralmente a expressão usada é 'removê-lo permanentemente da sociedade' - e a única coisa que chega ao comitê (superior) é uma nota dizendo que o problema foi resolvido. Quem está em baixo nunca explica nada. Assim, quem está em cima sempre pode dizer que não sabia de nada", explicou Horak.

O coronel acredita que a polícia tenha apoiado o Inkhata no massacre de Boipatong, na semana passada, quando foram mortas 42 pessoas. "É possível. O comitê local é quem decide como conduzir seus negócios. Tudo depende do homem responsável", disse.

Horak assinalou que, como professor da academia de polícia em Pretória, pôde constatar que a maioria dos jovens oficiais apóia o movimento de extrema-direita Movimento de Resistência Afrikaner (AWB). "A polícia, especialmente os jovens, está totalmente dominada pelo AWB. O governo pode dizer o que quiser, mas esses sujeitos podem virar tudo de cabeça para baixo", disse Horak. Por isso mesmo, ele só acredita na seriedade de uma investigação sobre o massacre de Boipatong se o inquérito for conduzido por uma comissão externa à polícia.

O problemas do coronel começaram quando, depois de ter largado a polícia, foi acusado por um jornal sul-africano de ter conduzido uma campanha de calúnias contra um juiz em 1985. Apesar dos desmentidos do Ministério da Lei e da Ordem, Horak confirmou sua participação no episódio. Imediatamente, passou a receber ameaças telefônicas e sua casa foi arrombada. Preferiu, então, deixar o país. (*Franklin Martins*)

EXPRESSO 27 DE JUNHO DE 1992

Pau de dois bicos

ATÉ agora existia em Inglaterra apenas um monumento a Nelson Mandela, um busto de bronze feito pelo escultor Ian Walter em 1985 para o London South Bank. Agora há mais um.

Esta semana, o conselho metropolitano de Dudley inaugurou oficialmente uma estátua ao líder do ANC. Mas nem todos estão contentes. Instados a comentar, a delegação londrina do ANC não parecia muito segura: «Parece oficialvo, mas vamos ter de telefonar para Johannesburgo para obter uma reacção oficial».

Tanta coisa por causa de uma estátua? É que não se trata de uma qualquer. Esta mede apenas duas polegadas de altura e foi esculpida a partir de um palito de «cocktail» pelo escultor Willard Wiggan — também conhecido pelos seus trabalhos em... grãos de arroz.

O concelho está contente com o que diz ser o mais pequeno monumento público do mundo. Mas talvez se trate de uma manobra política destinada a chamar a atenção para a falta de fundos com que se debatem as autoridades locais: o custo da escultura ficou-se pelas 300 libras.

A espera de Butros-Ghali

O SECRETÁRIO-GERAL das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, é aguardado na África do Sul dentro das duas próximas semanas, a fim de dar uma achega decisiva para o reatamento do imprescindível diálogo entre o Governo de Frederik de Klerk e o Congresso Nacional Africano (ANC).

Butros-Ghali, primeiro africano a desempenhar o cargo de secretário-geral da ONU, aposta forte na possibilidade de o Governo reformista da África do Sul e o maior dos movimentos de combate ao "apartheid" se sentarem de novo à mesa das conversações e prepararem para daqui a um mês ou dois a administração interina exigida pelo ANC.

A decisão de se deslocar durante a primeira quinzena de Julho à República da África do Sul foi tomada depois de o diplomata egípcio haver conferenciado em Abuja, a nova capital nigeriana, com o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, e com uma delegação do Partido Inkatha.

Agora, em Dacar, onde a partir de hoje decorre a cimeira anual da Organização da Unidade Africana (OUA), Butros-Ghali tenciona conferenciar com o líder do ANC, Nelson Mandela, que na última semana endureceu a sua posição face ao Partido Nacional de Frederik de Klerk.

Foi precisamente ao ver que a comunidade internacional, designadamente a OUA, abria as portas a um Governo ainda só constituído por brancos que o ANC decidiu tomar a atitude espectacular de romper o diálogo e de chamar a atenção de todos para o facto de a transição para a plena vigência democrática estar a ser muito mais morosa do que o desejado pela maioria negra da nação sul-africana.

O mundo respondeu àquela chamada de atenção e nos últimos dias multiplicaram-se as vozes a favor do reatamento do diálogo, sendo possível que não só a ONU mas também a OUA, a Commonwealth e a Comunidade Europeia enviem à África do Sul, nas próximas semanas, missões de alto nível.

Entretanto, com a sua posição de dureza, Mandela terá conseguido impedir que a generalidade do continente desse por efectivamente resolvida a questão sul-africana e quiçá aceitasse desde já uma candidatura de Pretória a membro da OUA, que mais não fosse com o estatuto provisório de observadora. ■ J.M.

28 JUNHO 1992
PÚBLICO

EXPRESSO, SÁBADO 27 DE JUNHO DE 1992

De Klerk no momento da verdade

A ÁFRICA do Sul parece ter chegado ao «momento da verdade» neste fim-de-semana, com as repercussões do massacre de Boipatong a conduzirem à maior prova de força até agora verificada entre o Governo sul-africano e o ANC.

Novas declarações sobre a responsabilidade das forças de segurança nos incidentes colocaram o Presidente De Klerk perante o dilema de agir contra os comandos das suas forças armadas e de segurança ou calar-se, desafiando uma vez mais a opinião pública mundial.

Estas últimas declarações lançam de novo dúvidas sobre a sinceridade da «conversão» do Presidente De Klerk aos princípios democráticos e sobre a sua responsabilidade pessoal pelo papel que as forças de segurança têm desempenhado no fomento da violência nas cidades negras.

Um acontecimento que esta semana deu grande brado foi a comunicação feita por agentes de informação do ANC a uma comissão judicial de inquérito de que tinham descoberto os assassinos responsáveis pelas atrocidades de Boipatong e pela morte de 40 habitantes desta cidade ao sul de Joanesburgo durante um ataque nocturno executado por cerca de 200 homens. A Comissão Goldstone, nomeada por De Klerk para investigar os acontecimentos, ordenou imediatamente uma busca à hospedaria onde o ANC indicou que os assassinos estavam escondidos, tendo descoberto uma unidade policial composta por veteranos dos conflitos da Namíbia e de Angola. A maioria dos homens são antigos membros da Koevoet, um conhecido grupo policial anti-subversão responsável por uma série de atrocidades na guerra com a SWAPO, antes da independência da Namíbia, em 1989. Mas os advogados da polícia que se apresentaram à Comissão argumentaram que só tinham sido utilizados para combater os ladrões de gado e que não tinham nada a ver com Boipatong.

Possível envolvimento de polícia secreta

Declarações de testemunhas oculares logo a seguir aos acontecimentos de Boipatong indicam que os homicídios foram executados por três grupos de assassinos que tinham sido deixados no exterior da cidade por blindados da polícia. Os activistas «antiapartheid» que investigam o massacre pensam agora que Boipatong foi escolhida para alvo e que o ataque foi praticado com uma ferocidade invulgar por na véspera ter aparecido morto na área um comandante branco da polícia local. O oficial ia a guiar um carro na vizinhança quando atacantes não identificados o forçaram a sair da estrada, atingindo-o depois com fogo de armas automáticas.

Não foi por acaso que a Koevoet foi formada a partir de um núcleo de zulus recrutados na província de Natal por um lendário comandante da polícia, o brigadeiro «Lang» Hans Dreyer, que fora comandante da Delegação Regional de Segurança no território do Inkatha, do chefe Buthelezi. Nos últimos dois anos têm surgido provas insofismáveis de ligações entre o Inkatha — ferozmente anti-ANC —, a polícia e a violência.

No ano passado, numa entrevista a este correspondente, um dissidente da delegação regional da polícia de segurança contou que transportara para a África do Sul a maior parte dos elementos da Koevoet e carregamentos de armas russas capturadas nos conflitos da Namíbia e de Angola. Este homem, o capitão Dirk Coetzee, insistiu que estas armas e estes homens estavam a ser utilizados para provocar agitação nas cidades negras da África do Sul.

A descoberta da unidade policial secreta e da sua alegada ligação a Boipatong alimenta as suspeitas, que há muito se levantavam, de que as tropas e a polícia utilizadas por Pretória nas suas guerras fronteiriças nas décadas de 70 e 80 tinham estado na origem dos principais actos de violência ocorridos nestas cidades, com a intenção de desestabilizar o processo de paz.

Plano kafkiano de De Klerk?

Embora a existência desta estratégia seja em parte do conhecimento público, o que os comentadores perguntam é quem é o responsável e com que motivação. Será uma conspiração da extrema-direita dos comandos das forças de segurança? Ou, de uma forma mais sinistra, será que esta desestabilização faz parte de um programa secreto do próprio De Klerk? Por outras palavras, terá o Governo andado a negociar às claras trabalhando, ao mesmo tempo, nos bastidores para o fracasso das negociações para mostrar ao resto do mundo que a população negra é a responsável por não se conseguir chegar a um acordo constitucional?

É uma questão que, segundo se espera e graças a Boipatong, seja agora investigada. Com o seu afastamento das negociações, o ANC está a tentar forçar De Klerk a tomar iniciativas contra as forças de segurança de forma a pôr cobro à violência. A posição do ANC sairia muito reforçada se se provasse a existência dessa ligação entre Boipatong e a unidade policial da Koevoet. Se De Klerk não tomasse então medidas radicais, seria largamente implicado na promoção da violência.

A decisão do ANC de sair da CODESA — o principal fórum das negociações — tem sido largamente encorajada por indicações de que na sequência de Boipatong, nacional e internacionalmente, há uma desconfiança crescente contra a Administração De Klerk.

Administração em maus lençóis

Mesmo antes das sensacionais revelações sobre a Koevoet, Boipatong já parecia destinado a ser um ponto crucial no processo de paz sul-africano. Não apenas pelo massacre, mas pelos acontecimentos subsequentes: a humilhação do Presidente De Klerk quando foi expulso da cidade por habitantes furiosos e as posteriores acções policiais, que, perante as câmaras das agências nacionais e estrangeiras, abriram fogo sobre os habitantes, provocando três mortes.

Aparentemente, os incidentes acabaram com a campanha que tinha acabado de ser lançada pelo Partido Nacional, no poder, em todas as cidades negras do país, em que se afirmava como um órgão partidário não-racial em contraste com o ANC. Sem esperanças de fazer grandes conquistas entre o eleitorado do ANC, há agora poucas hipóteses da Administração De Klerk quebrar o impasse em que caíram as conversações constitucionais devido à sua exigência do direito de veto para a minoria branca.

Estes acontecimentos deixam o Governo da África do Sul num perigoso dilema e colocam a seguinte questão: será que De Klerk vai capitular perante as pressões nacionais e internacionais? Ou existe algo de mais ameaçador nos comentários que o Presidente fez perante os repórteres, depois de ser corrido de Boipatong: **«Talvez nos devêssemos interrogar sobre se a violência tem alguma coisa a ver com a legalização do ANC e do Partido Comunista sul-africano... temos tentado evitá-la acima de tudo, mas é preciso ir mais longe nas actuais medidas [de segurança] para manter a lei e a ordem pública e garantir a segurança dos homens, mulheres e crianças do nosso país».**

David Beresford
em Joanesburgo

Reuniões de emergência para salvar Codesa

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 23 JUNHO 1992

Fernando Sousa

O futuro das conversações entre o ANC e o Governo está por um fio: Mandela recusa continuar o diálogo enquanto os responsáveis pelo massacre de Boipatong não forem castigados. Nacionalistas e governantes passaram o dia em reuniões de emergência para tentarem salvar as negociações.

O Congresso Nacional Africano (ANC) só continua a conversar depois dos responsáveis pelo massacre de Boipatong serem castigados, disse ontem um porta-voz do movimento dirigido pelo líder negro Nelson Mandela. Até lá, o movimento não está interessado em prosseguir as negociações com o Governo.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, que substitui o Presidente Frederik de Klerk, que se encontra de visita oficial a Espanha, propôs domingo à noite ao ANC "conversações urgentes para discutir todos os aspectos e os factos relativos ao massacre de Boipatong", um ghetto do sul de Joanesburgo, onde, segundo um balanço oficial, 39 pessoas (42, segundo o ANC) *foram mortas* na madrugada de quarta para quinta-feira da semana passada.

O ANC ainda não respondeu, mas, consequente com a indisponibilidade manifestada para continuar a participar nas conversações no âmbito da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), nenhum responsável nacionalista apareceu na reunião de ontem do fórum de discussões.

Dirigentes nacionalistas e governantes passaram o dia em reuniões separadas — o ANC no seu Comité de Trabalho, ou reunido com os seus principais aliados, o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos, e o Partido Comunista Sul-Africano, os ministros na sede do Executivo a preparar uma informação ao corpo diplomático acreditado na África do Sul sobre a situação.

O futuro do diálogo depende de duas reuniões marcadas para hoje, uma do Conselho Executivo Nacional do ANC, liderado por Nelson Mandela, outra do Conselho de Ministros, presidida por Frederik de Klerk, que encurtará a sua estada em Espanha para dirigir o encontro. A possibilidade dos ministros decidirem a reposição do estado de emergência, levantado em 1990, e que dá poderes alargados à polícia e ao Exército, não estava afastada.

"Business Day" optimista

Observadores em Joanesburgo acreditam no entanto que os dois principais dirigentes sul-africanos, Nelson Mandela e Frederik de Klerk, baptizados pela Imprensa como o "casal Mandela/De Klerk" desde o início das conversações, há dois anos, entre o Congresso Nacional Africano e o Partido Nacional (no poder), não deixarão que o diálogo soçobre pois só ele pode evitar que o país ceda ao caos.

O ANC *procura* não fechar todas as portas. Apesar das duras palavras que Mandela dirigiu ao Governo, que acusou de "cumplicidade" com a polícia, o dirigente está a apelar às bases para que façam prova de "disciplina" enquanto outros responsáveis se revezam nas televisões e rádios locais precisando que a ausência dos nacionalistas nas negociações não significa, por agora, o seu fim.

A ideia de que a presente situação será brevemente ultrapassada é tanto mais razoável quanto acaba de ser admitida pelo influente "Business Day", que reflecte normalmente os sentimentos do mundo empresarial. Precisamente no dia em que os mercados financeiros sul-africanos acusavam uma forte baixa nas cotações, o jornal afirma que os dois políticos estão destinados "a apoiar-se um no outro para evitar que o país caia na anarquia".

Mas nem a memória da tragédia da semana passada nem os apelos à calma atenuaram entretanto a violência nos subúrbios de Joanesburgo, onde, segundo um porta-voz da polícia, pelo menos 27 pessoas foram mortas na sequência de atentados de cariz político de que o partido zulu Inkhata e o ANC se acusam mutuamente. Somadas às da semana passada, as *mortes* elevam para 120 o número de vítimas *mortais* da onda de assassínios que compromete a paz. ■

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 26 JUNHO 1992

Crise internacionaliza-se

Fernando Sousa

A crise política sul-africana entrou na fase de internacionalização, no momento em que o Governo e o ANC parecem irredutíveis nas suas posições. Um "iminente" encontro entre De Klerk e Mandela foi desmentido.

A Organização de Unidade Africana (OUA), a Commonwealth e a Comunidade Europeia iniciaram ontem um processo de intervenção na crise política da África do Sul, com o presidente do fórum africano a admitir um encontro, para breve, com o dirigente negro Nelson Mandela, a visita de uma personalidade da comunidade britânica a Pretória e a possibilidade da CE, adiantada por diplomatas, em enviar "dentro de alguns meses" observadores para supervisarem a actividade das forças de segurança nas cidades negras.

Um encontro entre o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, e o líder do ANC, Nelson Mandela, que fontes citadas pela agência Lusa chegaram a considerar "iminente", foi desmentido ao fim da tarde por uma fonte do movimento negro citada pela AFP.

De Klerk dispôs-se quarta-feira a trabalhar pelo regresso do ANC à mesa das conversações mas denunciou o que chamou de "obstáculos": a campanha de acções iniciada pelo Congresso, a violência, as "acusações difamatórias contra os responsáveis políticos" e a pretensão de internacionalização do conflito. Neste caso, recusou qualquer ingerência estrangeira, embora admita investigadores ou observadores de créditos firmados.

O ANC rejeitou depois o acordo, acusando o Partido Nacional, no poder, de fazer propaganda e de fugir às questões de fundo em lugar de combater as causas da crise. "O colapso das negociações é o resultado da violência que envolve as forças de segurança do regime e seus comparsas, bem como a sua recusa em aceitar um acordo democrático e as suas implicações", disse, em comunicado.

A bola parecia ontem no campo da comunidade internacional. Entrevistada pela estação britânica BBC, Emeka Anyaoku, secretária-geral da Commonwealth, disse que a organização pode mandar uma missão de paz à África do Sul. O secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, deverá encontrar-se entretanto com o ministro dos Negócios Estrangeiros, "Pik" Botha, e domingo com Mandela.

Quaisquer iniciativas internacionais vão esbarrar com a recusa de Pretória em aceitar "ingerências" estrangeiras, como ficou claro na intervenção do Presidente que sublinhou que a África do Sul não é a Namíbia nem o Zimbabwe para admitir "posições de autoridade" vindas de fora. Aceitou no entanto que uma "personalidade de prestígio internacional" integre, como assessor, a comissão que o juiz Richard Golstone prepara para investigar o massacre de Boipatong. ■

Três cêntimos e um sumo de guava

Difunde-se uma cultura da violência na África do Sul

Allister Sparks, em Alexandra Township*

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 25 JUNHO 1992

"Três cêntimos e um sumo de guava" — é uma expressão utilizada utilizada por miúdos para se referirem à caixa de fósforos e à gasolina utilizadas nos assassínios. Uma cultura de violência difunde-se nos "ghettos" sul-africanos e destrói os laços tradicionais de sociabilidade. Hoje ninguém confia em ninguém. A culpa e o medo andam sempre juntos. "São os fantasmas do "apartheid" que voltaram para nos assombrar".

Se ouvirmos bater à porta neste bairro negro com 300 mil pessoas, nos arredores de Joanesburgo, o que devemos fazer é não responder. Apagamos as luzes e escondemo-nos.

Houve alguém que se esqueceu desta regra: John Msimango. John e a mulher foram deitar-se mais cedo, na sua cabana de madeira e ferro, na noite de 8 de Abril. Estavam quase a dormir quando lá fora se ouviu um grito, o barulho de pessoas a correr e pancadas na porta. Msimango abriu. Um grupo de homens entraram, empunhando espingardas. Msimango foi agredido na cara com uma espingarda e atirado para a rua. Quando voltou a si, correu à procura de ajuda na casa mais próxima, mas a cabana dos vizinhos estava às escuras e ninguém respondeu aos seus gritos.

Impotente, esperou na rua até que os atacantes saíssem. Quando entrou viu que a sua mulher tinha sido violada e atingida por um tiro na perna. O filho de doze anos do casal tinha sido espancado. Msimango tentou desesperadamente fazer parar o sangue que saía da perna da sua mulher. Não havia telefone nem forma de encontrar ajuda. Lentamente ela foi ficando mais fraca e morreu nos braços do marido. Hoje, despedaçado pelos sentimentos de culpa por não ter sido capaz de ajudar a família, John Msimango está a ser tratado numa clínica para doentes traumáticos dirigida pelo Projecto para o Estudo da Violência da Universidade de Witwatersrand.

O horrível massacre no "ghetto" de Boipatong, que fez as manchetes dos jornais da semana passada, foi apenas um exemplo em larga escala do que é hoje em dia um acontecimento diário nos "ghettos" negros sul-africanos. Este género de assassínio que destruiu a pacata existência de John Msimango, perpetrado por "gangs" armados que atacam casas ou passageiros de comboios e taxis, acontece todos os dias. A vida nestas comunidades tornou-se um pesadelo maior do que nunca, numa altura em que o país deveria estar a negociar uma transição para a democracia e em que se imagina que tudo está a mudar para melhor.

A violência tem na sua origem um excesso de armas. Espingardas semi-automáticas AK-47 de fabrico russo estão por todo o lado nos "ghettos", sobras das guerrilhas em Moçambique, Angola, e na própria África do Sul. Há revólveres roubados, espingardas, paus e lanças e ainda uma arma de "fabrico caseiro" chamada "qwash", feita com tubos de borracha e molas.

Todas as semanas, o número de mortes nos "ghettos" devido à violência é equivalente ao dos motins de Los Angeles — uma média de oito por dia, ou 923 entre Janeiro e Abril. "Os 'ghettos' foram sempre violentos, mas agora a violência está a entrar mesmo nas áreas urbanizadas. As pessoas não se sentem seguras em lado nenhum. Sentem-se presas numa armadilha e sozinhas. Comunidades inteiras sentem-se traumatizadas", afirma, numa entrevista recente, Ntobiseng Nogale, uma assistente social de 28 anos que coordena a clínica.

A geração perdida do "apartheid"

O medo é contagioso. "As mães contam-me como se levantam de manhã, preparam os filhos para ir para a escola, e depois ficam com as crianças agarradas a elas, a chorar e a implorar às mães para não irem trabalhar porque têm medo que elas sejam mortas no caminho", conta Nogale. "E mesmo quando as mães voltam para casa com os filhos, não se sentem seguras. A noite ouvem disparos por todo o lado. E se batem à porta — oh, meu Deus...".

O medo e a culpa andam juntos. Nogale fala de outra doente que ouviu disparos junto da porta da sua casa e o seu filho de doze anos a pedir ajuda. Os seus quatro outros filhos pequenos estavam dentro de casa. Ela estava aterrorizada com a possibilidade de abrir a porta e dos atacantes entrarem e matarem toda a família. Decidiu manter a porta fechada. O rapaz acabou por sobreviver. "Mas imagine a culpa que essa mãe está a sofrer agora", diz Nogale. "E imagine como se sente o rapaz sabendo que a sua mãe estava disposta a sacrificá-lo pelos seus irmãos e irmãs".

Nogale apresenta muitas razões para a escalada de violência nesta altura de transição política. A sua explicação começa com a "geração perdida" de jovens negros que abandonaram a escola e foram apanhados por uma cultura revolucionária sem lei, durante a instabilidade dos anos 80. Elegeram as leis do "apartheid" como alvo de seu desprezo, envolveram-se em confrontos com a polícia, assumiram-se como juízes do comportamento da comunidade e foram autores dos assassínios "necklace", nos quais as vítimas morrem com um pneu a arder, embebido em gasolina, à volta do pescoço.

Nogale recorda que o seu próprio sobrinho, na altura com oito anos, costumava falar de dar às pessoas "três cêntimos e um sumo de guava" — expressão utilizada para se referir à caixa de fósforos e à gasolina utilizadas nos assassínios. Uma vez a criança avisou o pai para não se associar ao director da escola, que vivia ao pé deles. Ele tinha sido "escolhido como alvo" pelos "camaradas", dissera o rapaz. Três dias mais tarde o director da escola foi morto.

"O que é que se pode fazer a um rapaz de oito anos que cresce assim?", pergunta Nogale. "Felizmente ele tinha uma família estável e hoje está bem. Mas outros tiverem pouca atenção dos pais e nem sequer foram à escola. Juntaram-se a 'gangs' e tornaram-se criminosos".

A ruptura dos laços tradicionais

Milhares de jovens foram presos e torturados pela polícia. Tornaram-se violentos. Nogale diz conhecer um que, torturado quando tinha 18 anos, se tornou um assassino de polícias e cidadãos. A onda de violência tem sido acompanhada por um virtual colapso das medidas de segurança por uma força policial desiludida com as reformas e que muitos negros acusam de estar a fazer uma campanha de desestabilização nos "ghettos". Os cidadãos comuns odeiam e receiam a polícia, enquanto os rivais políticos fazem as suas "vendettas" e os "gangs" criminosos os seus ataques sem receio de serem presos.

A sociedade africana tradicional, com o seu sentido de comunidade e apoio mútuo, acabou. Hoje ninguém confia em ninguém. "Se sabemos que ninguém nos vai ajudar, e não confiamos na polícia, então temos que nos proteger a nós próprios. E temos que nos antecipar", afirma Nogale.

A violência e a tensão são alimentadas por uma profunda desilusão. Nelson Mandela foi libertado da prisão, mas a vida nas comunidades negras em vez de se tornar melhor, tornou-se pior. As negociações não trazem nenhuns benefícios visíveis. "Uma geração perdida, zangada e desiludida, criada numa cultura de violência, sem disciplina e sem tolerância em relação aos pontos de vista dos outros, foi lançada para a sociedade", diz Nogale. "São os fantasmas do 'apartheid' que voltaram para nos assombrar".

*exclusivo PÚBLICO/ "Washington Post"

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 25 JUNHO 1992

DE KLERK APELA AO ANC — O Presidente sul-africano Frederik de Klerk disse ontem que deseja discutir com o Congresso Nacional Africano (ANC) — "se for preciso durante dois dias seguidos" — a crise política do país resultante do massacre de Boipatong, na semana passada, e que não pensa reinstaurar o estado de emergência revogado há dois anos. De Klerk falava aos jornalistas depois de uma reunião do Conselho de Ministros, que durou quase todo o dia, convocada para discutir o abandono do ANC e outras oito formações políticas da Conferência para uma África do Sul Democrática. O Presidente, que reafirmou a sua "decepção" para com o gesto do ANC, acrescentou no entanto que a África do Sul não aceitará insinuações estrangeiras, ainda que venham da ONU. Ao princípio da noite de ontem o ANC rejeitou o apelo do Governo sul-africano. "A resolução do problema requer acção da parte do Governo e não mais palavras. A cimeira de dois dias proposta por De Klerk é apenas propaganda e não tem qualquer propósito válido", afirmou a organização numa declaração divulgada em Joanesburgo. (Ver pág. 21)